

14 ABR 1988

Lição cara JORNAL DE BRASÍLIA

O recuo do Ministério da Educação na liberação das mensalidades escolares é o mais novo indicador da insegurança da política de preços, assim convertida ou subvertida em preços segundo a política de cada caso. Fica evidente que o Governo agiu apenas confiando em dis tender o controle oficial no setor, sem prevenir os abusos.

Mas o pior se deve, extamente, aos responsáveis pelos referidos abusos. Numa fase em que o Estado começa a despojar-se do poder de polícia para, afinal, permitir o exercício livre, intimam-no a voltar atrás diante da desenvoltura da ganância iníqua.

Deplore-se mais: o mau exemplo irrompe no meio do ensino, onde se molda hoje o cidadão incumbido de construir um futuro no qual não devem entrar os vícios e os defeitos que tanto desestabilizam a sociedade moderna.

Com certeza, há complementos desse episódio bifronte. Um deles se refere aos custos reais

um estabelecimento em relação a outro, pois são lógicas as variantes pelos dispares recursos materiais e humanos. O outro consiste em o Ministério da Educação efetuar a tomada da situação exata do quadro para, nele, identificar, quem exorbitou e merece severa punição, quer pelo ilícito cometido, quer pelo comprometimento de toda a classe, a ponto de toda ela pagar pelo retorno às tabelas.

Eis um um preço alto quando se percebe que o tabelamento, especialmente num País enorme, mesmo em módulos geoeconómicos, nem sempre corresponde ao orçamento das escolas, até em porte semelhante, porém desiguais em custos. E isto para se restringir ao aspecto financeiro, ficando dispensados os atributos qualitativos.

No giro frenético do redemoinho inflacionário, o País às vezes se contempla com o benefício de um mal se acabar num bem. Então, o mal da reviravolta das mensalidades pode instruir o Governo sobre

os riscos das próximas medidas liberalizantes — necessárias, mas dignas de lastro — e advertir a área privada dos deveres imprescindíveis ao uso dos direitos que reclama.

A luz de teses, a renúncia do Governo ao Papel de estatização, inclusive de preços, coincide com o espírito democrático reivindicado pela sociedade brasileira. Todavia, da tese à prática se interpõem os agentes da má-fé ou descuidistas na vã esperança de os outros trabalharem por eles, ávidos apenas de lucros sem cálculo dos prejuízos alheios.

Reedita-se o decreto do controle das mensalidades. Que a aula da liberação, embora breve, forneça a lição de que o país necessita para assumir sob confiança garantida, a luta redentora das crises já em cadeia e nos diversos setores de sua vida.

Por coincidência ou fatalidade; por paradoxo ou determinismo, essa lição é dada, justamente, na escola.